

TEXTO, GRAMÁTICA E PROCESSAMENTO

*Ana Cristina Macário Lopes*¹

Durante muito tempo, a comunicação linguística foi perspectivada segundo o modelo do código, em consonância com aquilo a que Reddy 1979 chamou “the conduit metaphor”. Este modelo radica na assunção de que a comunicação se consome pela codificação e descodificação de mensagens, garantida pela partilha de uma mesma gramática e é paradigmaticamente ilustrado pelo esquema Jakobsoniano do acto de comunicação verbal.

Trata-se de uma concepção ingénua e muito linear de comunicação, que está hoje definitivamente ultrapassada. O que mudou então, entretanto, dando origem a uma complexificação considerável dos actuais modelos de descrição/explicação da comunicação verbal?

Basicamente, a constatação de que o que efectivamente se comunica através de textos/discursos realizados em linguagem verbal não se esgota no que é dito.² O acto de comunicação só é pleno se o interlocutor (ouvinte ou leitor) for capaz de apreender/captar a intenção do falante, aquilo que o falante quer efectivamente dizer e aquilo que ele faz ao dizer algo. Ora, como sublinham, entre muitos outros, Sperber & Wilson (1986), o material linguístico produzido apenas funciona como “pista”, como indício a partir do qual o interlocutor se propõe reconstituir inferencialmente a intenção do falante, mobilizando para tal informação de natureza contextual. Ou seja, o material linguístico que configura o texto activa um conjunto de assunções contextuais com as quais interage, de modo a permitir ao interlocutor a construção de hipóteses acerca da significação entendida pelo produtor do texto. Deste modo, há sempre, por parte do leitor/ouvinte, uma margem de risco: interpretar é sempre uma forma de “guesswork” .

¹ Dedico este texto à Fernanda Irene Fonseca, pela coerência de uma vida que alia convicções fortes e dúvida metódica, tendo sempre no horizonte a relação ontológica entre a língua e a literatura.

² Veja-se o que a este propósito afirmam Sperber & Wilson (1986:9): “there is a gap between the semantic representation of sentences and the thoughts actually communicated by utterances.”

Assim, qualquer tentativa de explicação do processo comunicativo realizado através do uso da linguagem verbal terá de equacionar o papel fulcral dos sujeitos na produção e interpretação dos discursos/textos. Consequentemente, o objecto linguístico propriamente dito que é o texto não pode ser desligado dos processos cognitivos e das representações mentais que a sua produção e compreensão envolvem. Na intersecção entre a Linguística, a Psicolinguística e a Psicologia Cognitiva, o texto é hoje o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer teoria que se proponha articular/integrar conhecimento da língua e operações cognitivas mobilizadas pelo uso da linguagem, ou, noutros termos, gramática e processamento.

Procurarei sintetizar, num primeiro momento desta minha comunicação, alguns dos tópicos centrais que a investigação contemporânea sobre o texto tem vindo a pôr em relevo. Num segundo momento, destacarei duas dimensões basilares que a compreensão/interpretação de um texto pressupõe, (a construção d) a coerência referencial e (a construção d) a coerência relacional. Por fim, deixarei um apontamento breve sobre uma articulação recente, teoricamente muito desafiante, entre o domínio da coerência referencial e o domínio da coerência relacional, através da análise do papel das relações discursivas na resolução de alguns casos de anáfora pronominal.

1. Linhas de investigação sobre o texto

Uma das hipóteses fulcrais da investigação contemporânea sobre o texto, desenvolvida nomeadamente no âmbito da Psicologia Cognitiva, é a assunção de que compreender um texto implica ser capaz de construir uma representação mental coerente desse mesmo texto. Mas essa representação mental é compósita: “the human mind actively constructs various types of cognitive representations (...) that interpret the linguistic input (Graesser, Gernsbacher e Goldman, 1997: 292). Simplificando um pouco, essas representações cognitivas envolvem palavras, proposições e relações interproposicionais, actos ilocutórios e relações discursivas/retóricas entre eles, macro-estruturas textuais, padrões de diálogo. Por outro lado, como assinalam os autores citados, a construção dessas representações mentais implica um conjunto de processos cognitivos, desde o acesso ao léxico mental e à activação de conceitos na memória de longo termo, até à comparação de estruturas disponíveis na memória de trabalho e à construção de novas estruturas por adição, supressão, rearranjo ou conexão de informação.

É a partir do trabalho experimental de psicolinguistas e de investigadores da área da psicologia cognitiva que se pode obter evidência empírica sobre a existência destas representações e processos mentais. E nas últimas décadas muito se tem avançado neste domínio, sendo diversas as experiências desenvolvidas em torno da compreensão de textos/discursos, quer pelo recurso a métodos off-line, quer pelo recurso a métodos on-line mais sofisticados. Refiram-se, a título de exemplo,

os protocolos de resumo de texto, a medição de tempos de resposta (ou tempos de latência) a perguntas em inquéritos, os “self-paced reading studies”, para controlar tempos de reacção em tarefas de decisão e compreensão durante a leitura de material verbal, a monitorização de palavras-alvo, o estudo do movimento dos olhos na leitura (“eye tracking”),³ No horizonte, aparece como objectivo último a construção de teorias que especifiquem como é que as representações cognitivas são construídas e usadas. Os modelos computacionais entretanto desenvolvidos propõem-se simular os mecanismos cognitivos em computador.

Um dos modelos mais influentes de compreensão textual, elaborado no âmbito da psicologia cognitiva, é o modelo de Construção-Integração, de Kintsch 1988. Este modelo contempla três níveis de representação: a forma de superfície (uma representação do material linguístico que explicitamente integra o texto), a base textual, contendo as proposições expressas pelas frases e suas interrelações, e um modelo de situação que integra a informação textual no conhecimento do mundo do leitor/ouvinte. Trata-se de um modelo híbrido, que combina expressões simbólicas e “pesos” no sentido conexionista do termo. As expressões simbólicas incluem as palavras de significado lexical (nomes, verbos, adjectivos), as proposições contidas no texto e o conhecimento do mundo relevante para a compreensão do texto. As unidades estão conectadas entre si por pesos, formando um espécie de rede neural⁴. As unidades que estão conectadas com outras terão altos valores de activação, dando origem a representações coerentes (por exemplo, a conexão pode resultar da sobreposição de argumentos/argumentos partilhados, da idêntica localização espacial das entidades, da relação causal entre eventos ou da ordenação temporal das situações). Mas mais do que uma descrição exaustiva do modelo, interessa-me sublinhar a ideia chave que o sustenta, a saber, um modelo de compreensão do discurso terá de integrar diversos níveis de representação, que seguramente interagem entre si.

³ Para uma visão de conjunto, cf. Graesser, Gernsbacher e Goldman 1997, Kintsch 1994, Faria 2005.

⁴ Ao contrário das teorias simbólicas da cognição, que assumem que o conhecimento está representado sob a forma de proposições, estruturas conceptuais, esquemas e regras de produção, sendo dinamicamente activado e criado numa memória de trabalho com capacidade limitada, à medida que a compreensão avança, as teorias conexionistas assumem que o conhecimento está representado de forma distribuída num conjunto de unidades neurais, conectadas por pesos que inibem ou potenciam a sua activação. Os valores de activação das unidades neurais mudam dinamicamente na memória de trabalho, à medida que a compreensão avança. Note-se que o conexionismo se baseia na teoria da emergência: “as representações simbólicas (...) são concebidas como representações de alto nível que *emergem* das interacções neurais do nível físico” (D’Andreade e Laks, 2001:438). Assim, as representações são vistas como emergentes, como rotinas cognitivas que no limite correspondem a padrões recorrentes de activação neuronal.

Também no campo da Linguística o conceito de múltiplas e dinâmicas representações tem vindo a ser desenvolvido, quer no âmbito da semântica formal (Kamp e Reyle 1993, Groenendijk, Stokhof e Veltman 1996, Reyle *et al.*2000), quer no campo da linguística cognitiva (Fauconnier 1994). Grosso modo, defende-se que as expressões linguísticas funcionam como instruções para actualizar (“update”) as representações mentais em curso, que por seu turno se ancoram em discurso prévio, e certamente também em conhecimento do mundo e inferências. A Teoria das Representações Discursivas (DRT), de Kamp e Reyle 1993, centra-se na interpretação semântica de discursos e postula um nível intermédio de representação semântica (entre a representação sintáctica e a interpretação modeloteórica) em que a interpretação das frases é construída sob a forma de estruturas abstractas, as DRS (“Discourse Representation Structures”). Quando uma nova frase de um texto/discurso é analisada, a sua DRS é incorporada nas DRS já entretanto construídas, o que permite capturar a forte dependência contextual da interpretação, nomeadamente nos casos de anáfora (nominal e temporal). Segundo as palavras de Kamp e Reyle:

“the incremental nature of interpretation is closely connected with a ubiquitous feature of discourse, its semantic cohesiveness coesão semântica [...]. The connection between cohesiveness and incremental discourse processing is, in rough line, this: to understand what information is added by the next sentence of a discourse to what he has learned already from the sentences preceding it, the interpreter must relate that sentence to the information structure he has already obtained from those preceding sentences. Thus his interpretation of the new sentence must rely on two kinds of structures, the syntactic structure of the sentence itself and the structure representing the context of earlier sentences.” (1993:59).⁵

Groenendijk, Stokhof e Veltman 1996 vão ainda mais longe na sua formulação da interdependência entre texto, contexto e interpretação, uma vez que consideram que o próprio processo interpretativo *cria* contexto. Segundo os autores, as abordagens dinâmicas da significação reencontram o círculo hermenêutico, na medida em que defendem que interpretar é um processo criativo, que envolve incorporar o conteúdo dos textos no universo de conhecimentos e crenças dos

⁵ Em desenvolvimentos mais recentes da teoria, corporizados na UDRT (Underspecified Discourse Representation Theory), defende-se que a informação contida em cada frase de um discurso se reparte por três tipos distintos de DRS, consoante se trate de informação segura, ambígua ou pressuposicional. A subespecificação da DRS mantém-se até ser possível a resolução da ambiguidade, por recurso a um contexto mais alargado do que a frase, no qual as relações discursivas são tomadas em consideração. Cf. Reyle e Rossdeutsch (2001).

sujeitos, estando estes sempre condicionados por uma específica experiência do mundo e imersos num determinado contexto cultural. No entanto, as abordagens dinâmicas da significação trazem um contributo original: a formalização da interdependência texto/contexto no quadro de uma semântica lógica.⁶

Por seu turno, os investigadores que trabalham na área da Linguística Cognitiva (cf., entre outros, Fauconnier 1994 e Langacker 2001) sublinham o relevo do conhecimento de *background* no processo interpretativo, assinalando que o material linguístico só pode ser cabalmente processado quando integrado em determinadas estruturas de conhecimentos, diversamente designadas por modelos cognitivos, “frames” ou “scripts”. Estes termos designam representações mentais que os sujeitos activam quando ouvem falar acerca de uma dada situação. Assim, o material linguístico interage com estruturas cognitivas pré-existentes (interindividualmente partilhadas, numa dada conjuntura sócio-histórica), viabilizando a integração conceptual que corresponde à criação de sentido(s).

Veja-se o que diz Fauconnier (1994: xviii):

Language does not itself do the cognitive building _ it “just” gives us minimal, but sufficient, clues for finding the domains and principles appropriate for building in a given situation. Once these clues are combined with already existing configurations, available cognitive principles, and background framing, the appropriate construction can take place, and the result far exceeds any overt explicit information:”

Também a investigação na área da Psicolinguística tem posto em relevo que os processos cognitivos associados à interpretação podem ser modelados como processos dinâmicos que envolvem uma flutuação significativa de padrões de activação de informação, em larga medida dependentes das características linguísticas do texto (cf. Sanders *et al.* 2001). Julgo que a ideia básica é a de que as estruturas linguísticas (nomeadamente as estruturas gramaticais) funcionam como ‘instrutores de processamento’, dando pistas para aceder a diversas fontes de informação, relevantes ao nível da compreensão cabal do texto.

Em síntese: parece plausível afirmar que a subespecificação das representações ancoradas no material linguístico, os múltiplos níveis de representação mental activados pelo texto e o dinamismo incremental que a sua interpretação implica

⁶ Segundo os autores, “On prend en compte non seulement le fait que l’interprétation *dépend* du contexte, mais aussi le fait que le processus d’interprétation *crée* lui-même du contexte. (...) En prenant en compte à la fois la dépendance contextuelle et le changement de contexte, les approches dynamiques pour aborder la signification rejoignent le cercle herméneutique. Ce n’est pas l’observation de l’interdépendance du contexte qui est originale, mais bien plutôt son incorporation au sein d’un cadre de sémantique logique» (1996: 8).

são temas centrais e transversais na investigação contemporânea sobre os produtos efectivos do uso da língua.

1. Texto, interpretação e coerência

Há duas dimensões que se afiguram cruciais na construção de uma representação mental (minimamente estabilizada) de um texto. Em primeiro lugar, a coerência *referencial*, basicamente suportada pelas anáforas discursivas. Graças à activação de informação recorrente, torna-se possível a construção de tópicos discursivos, sendo que uma entidade (ou um assunto) só se configura como tópico discursivo a partir do momento em que é retomada(o) em unidades textuais superiores à frase, funcionando como centro em torno do qual se organizam diferentes predicções. São muitos os trabalhos dedicados a esta dimensão da coerência, centrados, nomeadamente, na caracterização semântica das formas anafóricas em termos instrucionais. É hoje largamente aceite que, numa cadeia de referência, a forma sintáctica das expressões anafóricas (SN definido, pronome pessoal ou demonstrativo, categoria vazia) codifica diferentes instruções, que são outras tantas vias de acesso à entidade mental para a qual reenviam, marcando diferentes graus de acessibilidade do referente conceptualmente representado. Assim, cada expressão funciona como uma espécie de “retrieval device” para o interlocutor: por exemplo, expressões pronominais e elipses (também chamadas ‘anáforas zero’) codificam normalmente referentes altamente acessíveis (presentes na memória de trabalho ou memória activa), sinalizando tipicamente a reactivação de um mesmo tópico discursivo.

Em segundo lugar, importa destacar a coerência *relacional*. Esta expressão recobre as relações de sentido que permitem interligar segmentos textuais, quer ao nível intrafrásico (ou seja, no quadro da frase complexa, resultante da articulação de duas proposições), quer ao nível interfrásico (ou seja, entre frases independentes). Ultrapassando a flutuação terminológica existente neste domínio – conexões discursivas, relações discursivas, relações retóricas, relações de coerência são algumas das expressões que se encontram na literatura especializada_ é indubitável que o desenvolvimento/ a progressão de um texto implica o estabelecimento de nexos conceptuais entre os diferentes segmentos que o compõem. Podemos mesmo afirmar que é em larga medida a coerência relacional que distingue um texto de uma arbitrária, aleatória e desconexa sequência de enunciados. Assim, no processo interpretativo, constrói-se uma representação mental que integra progressivamente as frases expressas num todo mais vasto, sendo as relações discursivas os instrumentos que viabilizam essa integração. Uma relação discursiva corresponde, então, a uma dimensão da interpretação textual que forçosamente se adiciona à interpretação de frases isoladas.

A parametrização destas relações discursivas tem ocupado um lugar de relevo na investigação linguística contemporânea. O critério que parece mais pertinente e que suscita um razoável consenso na comunidade linguística prende-se com o plano da significação em que tais relações operam.

Recorrendo à proposta pioneira de Halliday (1973) sobre as metafunções da linguagem verbal, que correspondem afinal a diferentes domínios pelos quais se distribui a significação linguística, diremos que há basicamente dois tipos de relações discursivas: as que envolvem o domínio ideacional da significação (por outros autores designado domínio do conteúdo) e as que envolvem o domínio interpessoal da significação. As primeiras correspondem às conexões entre conteúdos proposicionais. Trata-se, pois, de relações que interligam situações linguisticamente representadas e interpretadas como algo que ocorre num mundo (no mundo real ou num mundo possível). Estas relações contribuem para a construção da *coerência semântica* do texto. A título de exemplo, mencionem-se as relações discursivas de causa, consequência, fim, localização temporal, condição, concessão, contraste, paralelismo, disjunção alternativa, enquadramento, elaboração. Note-se, de passagem, que as relações discursivas podem ser marcadas através de conectores, mas podem também ser inferencialmente apreendidas, graças à interacção entre conteúdos proposicionais e conhecimento do mundo.⁷

Mas a coerência de um texto não se esgota neste tipo relações discursivas, e isto porque a linguagem verbal não se limita a descrever situações, ou seja, não é redutível a um sistema simbólico de representação do mundo. Através da linguagem, expressamos avaliações, desenvolvemos argumentos, agimos e interagimos socialmente, cumprindo determinados objectivos comunicativos. Se a linguagem é também uma forma de comportamento e um instrumento de acção, torna-se claro que a dimensão interpessoal da significação não pode deixar de ser convocada no processo interpretativo: é nela que se escora a *coerência pragmático-funcional* do texto.⁸

As relações discursivas que operam a este nível só podem ser dilucidadas, a meu ver, se equacionarmos as articulações sequenciais e interactivas de actos

⁷ Vejam-se os exemplos (i) e (ii), que ilustram ambos uma conexão causal:

(i) A terra secou porque não choveu durante todo o ano.

(ii) A terra secou. Não choveu durante todo o ano.

⁸ A título de exemplo, um locutor pode fazer um pedido e seguidamente justificar esse pedido, como se ilustra em (iii) e (iv):

(iii) Peço-te que venhas a minha casa esta noite, pois/porque preciso urgentemente de falar contigo.

(iv) Peço-te que venhas a minha casa esta noite. Preciso urgentemente de falar contigo.

discursivos/ilocutórios. Para além dos actos discursivos por natureza sequenciais – paradigmaticamente ilustrados pelo par pergunta/resposta e por outros pares adjacentes do tipo convite/aceitação ou rejeição do convite, reclamação/ pedido de desculpa, típicos do texto dialogal_, outros há cuja análise requer também a análise do plano transfrásico, já que adquirem uma função ilocutória específica ao serem articulados com outros, num processo de interpretação retroactiva. Assim, quando falamos, por exemplo, de reformulação, refutação, confirmação, justificação ou explicação, conclusão, comentário, estamos a nomear relações discursivas que correspondem afinal ao papel específico que um acto discursivo desempenha ao ser articulado com outros numa sequência textual.

Naturalmente que, como bem evidencia Fonseca 1994, a consistência ilocutória entre enunciados não existe independentemente dos respectivos conteúdos proposicionais. No entanto, o que aqui nos interessa realçar é o facto de haver, no plano textual, articulações sequenciais de actos discursivos cujo processamento é requerido no processo interpretativo, tendo em vista a construção de uma representação mental coerente do texto. Ou seja, e dito de outro modo, há relações discursivas que só podem ser cabalmente caracterizadas se convocarmos o plano enunciativo-pragmático, correspondente ao domínio interpessoal da significação.

A elaboração de tipologias granuladas e rigorosas das relações discursivas que alicerçam a coerência semântica e pragmático-funcional de um texto é um ponto em aberto, sobre o qual se têm debruçado e se continuam a debruçar diversos investigadores (Halliday 1994, van Dijk, 1977, Roulet *et al.* 1985, Mann & Thompson, 1988, 1993, Sanders, Spooren & Noordman 1992, Sanders 1997, Zorraquín & Portolés 1999, Sanders *et al.*, 2001, Asher & Lascarides 2003, Kehler 2004, entre muitos outros). São várias as questões que mobilizam a pesquisa: haverá um conjunto finito de relações discursivas? Serão definíveis a partir de conceitos cognitivamente básicos ou primitivos, de natureza universal? Como provar a sua saliência e adequação psicológica? Os conectores serão a melhor chave de acesso ao conjunto de relações discursivas que activamos na produção e interpretação de um texto? As relações discursivas que articulam segmentos textuais adjacentes, num plano de análise micro-estrutural, podem também interligar sequências textuais mais extensas? A resposta a estas questões terá certamente de conjugar resultados provenientes da investigação na área da aquisição da linguagem com resultados obtidos nos estudos sobre o (processamento do) discurso.

3. Relações discursivas e anáfora pronominal

Terminarei esta minha comunicação referindo uma recente contribuição teórica que articula, curiosamente, a questão da coerência referencial com a questão da coerência relacional.

Num estimulante trabalho publicado em 2004, Kehler demonstra que as relações discursivas ou de coerência (para além de constituir uma dimensão fundamental

da interpretação de um texto/discurso) devem ser tomadas em consideração na análise de um conjunto de fenómenos linguísticos que ultrapassam a fronteira da frase, nomeadamente: elipse de SV, extracção de constituintes a partir de frases coordenadas e referência pronominal.

Vou apenas convocar brevemente este último tópico, adaptando para português um exemplo discutido por Kehler. Atente-se em (1):

(1) Colin Powell desafiou Dick Cheney e George Bush castigou-o.

Neste enunciado, o clítico *o* pode ser interpretado de duas formas: co-referente com o OD da primeira frase, Dick Cheney, ou com o Sujeito da primeira frase, Colin Powell. Veja-se, respectivamente, (1a) e (1 b):

(1 a) Colin Powell desafiou [Dick Cheney]_d e George Bush castigou-[o]_d.

(1b) [Colin Powell]_c desafiou Dick Cheney e George Bush castigou-[o]_c.

O enunciado, é, pois, ambíguo, admitindo duas interpretações que competem entre si. Na primeira interpretação, Dick Cheney teve um dia mau, já que foi desafiado por Colin Powell e castigado por George Bush. Esta interpretação é construída quando se parte da hipótese de que há uma determinada relação discursiva/de coerência, que Kehler designa por Paralelismo, entre as duas frases. Ou seja, é a relação discursiva que suporta a resolução da anáfora. A relação de Paralelismo é um subtipo da relação de Semelhança, definida por Kehler nos seguintes termos: “Resemblance requires that commonalities and contrasts among corresponding sets of parallel relations and entities be recognized, using comparison, analogy and generalization” (2004: 248). O ouvinte/leitor identifica um conjunto de entidades e relações paralelas e pontos de semelhança entre cada conjunto. De acordo com Kehler, quando o acesso a uma dessas entidades depende da resolução de uma anáfora, o processo inferencial que conduz ao estabelecimento de uma relação discursiva ou de coerência já está focalizado no elemento que garante e maximiza a semelhança, o que torna este elemento a única entidade passível de saturar o termo anafórico.

No exemplo em apreço, o Paralelismo entre as duas situações descritas envolve a existência de uma entidade comum_ Dick Cheney_ que funciona semanticamente como Objecto/Tema em ambas, mantendo uma relação com dois Agentes distintos, representando essa relação uma experiência negativa do ponto de vista de Dick Cheney.

Já a segunda interpretação mobiliza uma outra relação discursiva coerência, a relação de Resultado, subtipo da relação de Causa-Efeito: Colin Powell desafiou Dick Cheney e, por isso, George Bush puniu-o.

Casos deste tipo, que autorizam uma dupla interpretação, parecem mostrar claramente que não há um “trigger” morfossintáctico responsável pela escolha: a única diferença entre as duas interpretações releva da hipótese interpretativa baseada nas relações discursivas (ou relações de coerência) activadas. Assim, e concludo, parece haver um esbatimento das tradicionais fronteiras entre semântica e pragmática. A resolução da anáfora, num ou noutra sentido, depende da hipótese interpretativa e esta, por seu turno, é traçada tendo em conta a busca, pelo leitor/ouvinte, de uma representação mental coerente do texto.

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada
Faculdade de Letras Universidade de Coimbra
acmlopes@fl.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Asher, N. & Lascarides, A., 2005, *Logics of conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Faria, I. H., 2005, “Da linguagem humana ao processamento humano da linguagem” in Duarte, I & I. Leiria (orgs.) *Actas do XX Encontro Nacional da APL*, Lisboa: APL, pp. 11-27.
- Fauconnier, G., 1994, *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language* (2ª ed.), Cambridge/ MA, Bradford.
- Fonseca, J., 1994, “Dimensão accional da linguagem e construção do discurso” in J. Fonseca *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 105-131.
- Graesser, A. C., Gernsbacher, M. A. & Goldman, S. R. ,1997, “Cognition” in van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse: a multidisciplinary introduction*, London, Sage, pp. 292-319.
- Groenendijk, J., Stokhof, M. & Veltman, F., 1996, “Changez le contexte!” in *Langages*, 123, pp. 8-29.
- Halliday, M. A. K. , 1994, *An introduction to functional grammar*, London, Longman.
- Kamp, H. & Reyle, U., 1993, *From discourse to logic*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Kehler, A., 2004, “Discourse coherence” in Horn, L. & G. Ward (eds.), *Handbook of Pragmatics*, Oxford, Blackwell, pp. 241-265.
- Kintsch, W., 1994, “Psychology of discourse processing” in Gernsbacher, M.A. (ed.), *Handbook of Psycholinguistics*, San Diego, Academic Press:pp. 721-739.
- Langacker, R., 2001, ”Discourse in Cognitive Linguistics” in *Cognitive Linguistics*, 12-2, pp.

143-188.

- Reddy, M., 1979, "The conduit metaphor _ A case of frame conflict in our language about language" in Ortony, A. (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 284-324.
- Reyle, U. & Rossdeutscher, A., 2001, "Temporal underspecification in discourse" in Rohrer, C., A. Robdeutscher & H. Kamp (eds.), *Linguistic form and its computation*, CSLI Publications, pp. 255-283.
- Sanders, T., J. Schilperoord, & Spooren, W. (eds.), 2001, *Text representation. Linguistic and psychological aspects*, Amsterdam, John Benjamins.
- Sperber, D. & D. Wilson, 1986, *Relevance. Communication and Cognition*, Oxford, Basil Blackwell.
- van Dijk, T.A., 1977, *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*, London, Longman.

